

Ano XX nº 5680 – 25 outubro de 2017

Relatório de CPI do Senado diz que Previdência Social não tem déficit

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, senador Hélio José (PROS-DF), apresentou na última segunda-feira (23/10), o relatório final dos trabalhos ao colegiado, com a conclusão de que a Previdência Social não é deficitária, mas, sim, alvo de má gestão.

Segundo o senador, “está havendo manipulação de dados por parte do governo para que seja aprovada a reforma da Previdência”. Ele acrescentou que “quando o assunto é Previdência, há uma série de cálculos forçados e irreais”.

Em 253 páginas, o relatório destaca que o “maior e mais grave problema da Previdência Social vem da vulnerabilidade e da fragilidade das fontes de custeio do sistema de seguridade social”. No documento, o relator destaca que, “antes de falar em déficit, é preciso corrigir distorções”.

Outro trecho do documento ressalta que “a lei, ao invés de premiar o bom contribuinte, premia a sonegação e até a apropriação indébita, com programas de parcelamento de dívidas (Refis), que qualquer cidadão endividado desse país gostaria de poder acessar.



STF suspende portaria que liberou o trabalho escravo



Liminar concedida pela ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu a Portaria 1.129, editada pelo Ministério do Trabalho do governo Temer, que, na prática, 'liberou' trabalho escravo no país.

O Supremo recebeu, na segunda-feira, 23/10, três ações questionando a constitucionalidade da portaria. Uma Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI), protocolada pelo PDT, e duas arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs), uma da Rede e outra da Confederação Nacional das Profissões Liberais. As três são relatadas por Rosa Weber.

Diante da 'liberação' do trabalho escravo por Temer, a Organização Internacional do Trabalho, ligada à ONU, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Justiça, Defensoria Pública da União e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foram algumas das entidades que reagiram contra a norma.

A CUT, junto com as demais centrais sindicais brasileiras, afirmaram que a medida de Temer atende a interesses espúrios.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também se manifestou afirmando diretamente para o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que a portaria "volta a um ponto que a legislação superou há vários anos."

Bancos superexploram os consumidores

Os grandes bancos, visando explorar a situação do trabalhador, oferecem a antecipação do 13º salário. Ou seja, um empréstimo com 100% do valor do pagamento. No entanto, os juros cobrados são altíssimos, chegando até 4,59% ao mês.

Esse tipo de procedimento prejudica e muito a saúde financeira do cidadão brasileiro e, com a crise instalada no país, impacta negativamente na receita do trabalhador.

O 13º salário já está disponível para o aposentado e pensionista. Mas, os trabalhadores de carteira assinada ainda vão esperar um pouco para receber. O prazo para o pagamento da primeira parcela é até dia 30 de novembro.